



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Coordenadoria de Licitações e Contratos

TERMO DE CONTRATO Nº 30/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS (BANNER, TOTEM, ESTANDARTE E ADESIVOS) DE TAMANHOS E MATERIAIS DIFERENTES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE PROGRAMAÇÃO VISUAL DO TRT5, QUE FAZEM, ENTRE SI, A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, E A EMPRESA BLUENETT CARIMBOS E INFORMÁTICA LTDA.

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO**, sediado na Rua Bela Vista do Cabral, 121, Bairro de Nazaré, Salvador/BA., inscrito no CNPJ sob o n. 02.839.639/0001-90, neste ato representada por seu **Diretor Geral, Tarcísio José Filgueiras dos Reis**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **BLUENETT CARIMBOS E INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 11.097.333/0001-05, sediada na Av. Ulysses Guimarães, nº 4295, Sussuarana, CEP. 41213-000 Tel. (71) 3405-2582/(71) 98890-2582, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Rogério Bonfim Oliveira Vieira**, **Representante Legal**, conforme atos constitutivos e/ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **PROAD n. 2128/2025** e em observância às disposições da **Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90015/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – Contratação de empresa de serviços gráficos para produção de peças publicitárias (banner, totem, estandarte e adesivos) de tamanhos e materiais diferentes, para atender às necessidades de programação visual do TRT5, conforme tabela abaixo:

Item	Especificações	Und.	Qtde.
1	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores Formato: 5 m X 2 m	und.	7
2	Confecção e instalação de vinil em impressão 100% digital 4 cores – A3 Formato: 0,42 m X 0,30 m	und.	370

JOSEMAR
ARLEGO
PARAGUASSU
JUNIOR
30/09/2025 08:38

TARCÍSIO
JOSE
FILGUEIRAS
DOS REIS
30/09/2025 09:00

TARCÍSIO
JOSE
FILGUEIRAS
DOS REIS:35949
01/10/2025 15:57

3	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores – A4 Formato: 0,21 m X 0,30 m	und.	530
4	Confecção de banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação. Formato: 90 cm x 100 cm	und.	24
5	Confecção de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 67 cm x 97 cm (QR Code de Presença)	und.	60
6	Placa em aro de madeira com lona impressa tensionada — cavalete Formato: 1 m X 1,20 m	und.	6
7	Banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação. Formato: 1 m X 1,20 m	und.	30
8	Banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação. Formato: 0,80 m X 1 m	und.	20
9	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores Formato: 5 m X 1,5 m	und.	4
10	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores Formato: 3 m X 1,5 m	und.	4
11	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 1 m X 1 m	und.	120
12	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,42 m X 0,60 m	und.	220
13	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 61 cm X 1,72 m	und.	100
14	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,80 m X 1,56 m	und.	40
15	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,70 m X 1 m	und.	60
16	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores – A5 Formato: 0,21 m X 0,15 m	und.	500
17	Confecção e instalação de adesivo transparente em impressão digital inverso, 4 cores, com laminação de vinil adesivo branco, para aplicação em vidro. Formato: 1 m X 1,5 m	und.	45
18	Adesivo em 4 x 0 cores, couchê adesivo, 180 g/m ² Formato: 0,10 m x 0,25 m	und.	1000
19	Confecção e instalação estandarte em poliestireno de alto impacto com aplicação de adesivo em impressão digital 4 cores Formato: 1 m X 1,80 m	und.	6
20	Serviço de deslocamento para retirada, entrega ou devolução de produtos	und.	250

PARÁGRAFO ÚNICO – Independentemente de transcrição, vinculam esta contratação, o Termo de Referência, o Edital, a Proposta da Contratada e eventuais Anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO - O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado a partir da publicação do contrato no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prorrogação será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, **atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:**

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- f. Não haja registro no CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL (CADIN).

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO QUINTO – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – PRAZO DE EXECUÇÃO: Máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS) por e-mail.

PARÁGRAFO SEGUNDO – PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO – Serviços em desacordo com a proposta ou as especificações do objeto, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições deverão ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias consecutivos contadas da notificação, por e-mail, para este fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO – LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO - Os serviços serão retirados, entregues ou instalados no horário das 8 às 17 horas, nos endereços abaixo:

1. Fórum Ministro Coqueijo Costa, Rua Bela Vista do Cabral, 121, Nazaré, Salvador-BA.
2. Complexo Empresarial 2 de Julho, Rua Ivonne Silveira, 248, Paralela, 41197-015, Salvador-BA.
3. Pode ser solicitada a entrega em outra unidade do TRT5 situada na capital, indicada pelo Contratante, desde que não implique custos adicionais à Contratada.

PARÁGRAFO QUARTO – ESTRATÉGIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. Os serviços serão solicitados pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) do TRT5 por meio de envio da ordem de serviço por e-mail.
2. As ordens de serviço serão enviadas pelo e-mail: secom@trt5.jus.br e deverão conter as informações necessárias para a identificação do serviço: identificação da Contratada, descrição dos itens a serem fornecidos, dimensões, quantidades e valores unitários e totais contratados.
3. Os serviços serão solicitados por demanda do Contratante, respeitando-se as quantidades máximas anuais dos itens, conforme tabela do Termo de Referência.
4. A cada ordem de serviço a Contratada receberá a arte em arquivo fechado e poderá dar o devido tratamento na imagem para retoques e ajustes técnicos, sem alterar, contudo, seu conteúdo e desenho originais de forma significativa. Antes da impressão, o arquivo será submetido à aprovação final da SECOM.

PARÁGRAFO QUINTO – DO RECEBIMENTO – Em conformidade com o art. 140, I, da Lei 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido, em se tratando de serviços:

a) Provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias a contar do dia útil subsequente à entrega do serviço, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

b) Definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das obrigações, mediante termo detalhado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO – Será admitida a subcontratação do serviço de deslocamento para retirada e devolução do material.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO – O valor estimado anual é de R\$51.210,00 (cinquenta e um mil, duzentos e dez reais).

Item	Especificações	UND.	Preço unitário	QTD. SECOM	Preço total SECOM	QTD. EJUD	Preço total EJUD	Quantidade total	Preço total
1	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores Formato: 5 m X 2 m	und.	250,00	3	750,00	4	1.000,00	7	1.750,00
2	Confecção e instalação de vinil em impressão 100% digital 4 cores – A3 Formato: 0,42 m X 0,30 m	und.	10,00	120	1.200,00	250	2.500,00	370	3.700,00
3	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores – A4 Formato: 0,21 m X 0,30 m	und.	7,00	500	3.500,00	30	210,00	530	3.710,00
4	Confecção de banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação.	und.	25,00	20	500,00	4	100,00	24	600,00

	Formato: 90 cm x 100 cm								
5	Confecção de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 67 cm x 97 cm (QR Code de Presença)	und.	19,00	--	--	60	1.140,00	60	1.140,00
6	Placa em aro de madeira com lona impressa tensionada — cavalete Formato: 1 m X 1,20 m	und.	110,00	6	660,00	--	--	6	660,00
7	Banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação. Formato: 1 m X 1,20 m	und.	60,00	30	1.800,00	--	--	30	1.800,00
8	Banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação. Formato: 0,80 m X 1 m	und.	50,00	20	1.000,00	--	--	20	1.000,00
9	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores Formato: 5 m X 1,5 m	und.	300,00	4	1.200,00	--	--	4	1.200,00
10	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores Formato: 3 m X 1,5 m	und.	200,00	4	800,00	--	--	4	800,00
11	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 1 m X 1 m	und.	50,00	120	6.000,00	--	--	120	6.000,00

12	Confeção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,42 m X 0,60 m	und.	20,00	220	4.400,00	--	--	220	4.400,00
13	Confeção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 61 cm X 1,72 m	und.	70,00	100	7.000,00	--	--	100	7.000,00
14	Confeção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,80 m X 1,56 m	und.	60,00	40	2.400,00	--	--	40	2.400,00
15	Confeção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,70 m X 1 m	und.	60,00	60	3.600,00	--	--	60	3.600,00
16	Confeção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores – A5 Formato: 0,21 m X 0,15 m	und.	2,00	500	1.000,00	--	--	500	1.000,00
17	Confeção e instalação de adesivo transparente em impressão digital inverso, 4 cores, com laminação de vinil adesivo branco, para aplicação em vidro. Formato: 1 m X 1,5 m	und.	110,00	45	4.950,00	--	--	45	4.950,00
18	Adesivo em 4 x 0 cores, couchê adesivo, 180 g/m² Formato: 0,10 m x 0,25 m	und.	1,50	1000	1.500,00	--	--	1000	1.500,00

19	Confeção e instalação estandarte em poliestireno de alto impacto com aplicação de adesivo em impressão digital 4 cores Formato: 1 m X 1,80 m	und.	250,00	6	1.500,00	--	--	6	1.500,00
20	Serviço de deslocamento para retirada, entrega ou devolução de produtos	und.	10,00	200	2.000,00	50	500,00	250	2.500,00

PREÇO TOTAL ANUAL: R\$51.210,00 (cinquenta e um mil, duzentos e dez reais)

PREÇO TOTAL ANUAL SECOM: R\$45.760,00 (quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais)

PREÇO TOTAL ANUAL EJUD: R\$5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação.**

- a. A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar os pagamentos das faturas vincendas no curso da execução do contrato.
- b. **Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.
- c. O **prazo de liquidação** será de **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento da nota fiscal.
- d. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento,

tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

f. O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

g. Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

h. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

j. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

o. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE – As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

- a. Após o interregno de um ano, **contado da data do orçamento estimado, em 05/08/2025**, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- b. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- c. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- d. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- e. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- f. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- g. **O reajuste será realizado por apostilamento.**

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – São obrigações do Contratante:

1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à execução da locação.
2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação do serviço.
3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
4. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.
5. Proceder à publicação do contrato e seus aditivos no site do Tribunal, na página destinada a essa finalidade, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1. Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo TRT5.
2. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
3. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
4. Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários ao cumprimento das obrigações.
5. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o Tribunal.
6. Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.
7. Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.
8. Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022, no que couber, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.
10. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência.
11. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridade competente ou servidor/diretor que atue na área de licitação ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à disposição acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD – As PARTES deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que *porventura* tenham acesso em razão deste contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
3. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
4. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
5. A CONTRATADA deverá exigir dos subcontratados, *se houver*, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
6. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7. A CONTRATADA deverá prestar quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente.
8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Configura inexecução total o atraso superior a 30 (trinta) dias após o final do prazo de entrega de qualquer ordem de serviço.
- 3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado **no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação** (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO SEXTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O CONTRATANTE deverá, **no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, **sem ônus para o CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- I. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- II. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUARTO – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SEXTO – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO OITAVO – O CONTRATANTE poderá ainda:

1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO NONO – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Para atender às despesas decorrentes dos serviços a que se refere o presente, o CONTRATANTE emitiu a favor da CONTRATADA a nota de empenho 2025NE000718 no valor de R\$51.210,00 (cinquenta e um mil, duzentos e dez reais) - ELEMENTO ORÇAMENTÁRIO: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

PARÁGRAFO ÚNICO – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

PARÁGRAFO QUINTO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO - Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, na cidade do Salvador para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Salvador, ... de de 2025

Tarcísio José Filgueiras dos Reis
Diretor Geral
Representante Legal do Contratante

Documento assinado digitalmente
 **ROGERIO BONFIM OLIVEIRA VIEIRA**
Data: 23/09/2025 10:20:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rogério Bonfim Oliveira Vieira
Representante Legal
Representante Legal da Contratada

JOSEMAR ARLEGO
PARAGUASSU JUNIOR:59899

Assinado de forma digital por JOSEMAR
ARLEGO PARAGUASSU JUNIOR:59899
Dados: 2025.09.30 08:35:48 -03'00'

Josemar Arlego Paraguassu Junior
Gestor do Contrato/TRT5



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI Nº 14.133/2021

ANDREA
RIBEIRO
MEIRELES
VELLOSO
06/08/2025 12:15

SOLANGE
MARIA
GALVAO
OLIVEIRA
07/08/2025 16:39

JOSEMAR
ARLEGO
PARAGUASSU
JUNIOR
08/08/2025 07:09

SADINOEL
PEREIRA
DE SOUZA
08/08/2025 08:32

PROAD N. 2128/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a”)

1.1.OBJETO: Contratação de empresa de serviços gráficos para produção de peças publicitárias (banner, totem, standarte e adesivos) de tamanhos e materiais diferentes, para atender às necessidades de programação visual do TRT5, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. GRUPO ÚNICO:

Item	Especificações	Und.	Qtde.	CATSER	Preço unitário estimado	Preço total estimado
1	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores Formato: 5 m X 2 m	und.	7	18724	R\$ 845,00	R\$ 5.915,00
2	Confecção e instalação de vinil em impressão 100% digital 4 cores – A3 Formato: 0,42 m X 0,30 m	und.	370	18724	R\$ 27,00	R\$ 9.990,00
3	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores – A4 Formato: 0,21 m X 0,30 m	und.	530	18724	R\$ 20,00	R\$ 10.600,00
4	Confecção de banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação. Formato: 90 cm x 100 cm	und.	24	18724	R\$ 108,00	R\$ 2.592,00
5	Confecção de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 67 cm x 97 cm (QR Code de Presença)	und.	60	18724	R\$ 85,50	R\$ 5.130,00
6	Placa em aro de madeira com lona impressa tensionada — cavalete Formato: 1 m X 1,20 m	und.	6	18724	R\$ 240,00	R\$ 1.440,00
7	Banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação. Formato: 1 m X 1,20 m	und.	30	18724	R\$ 142,00	R\$ 4.260,00
8	Banner em vinil 100% digital 4 cores com acabamento em bainha, bastão em madeira, ponteiros plásticos nas extremidades e cordão para fixação. Formato: 0,80 m X 1 m	und.	20	18724	R\$ 96,00	R\$ 1.920,00
9	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores	und.	4	18724	R\$ 637,50	R\$ 2.550,00

	Formato: 5 m X 1,5 m					
10	Banner de lona tensionada com ilhoses impresso 4 cores Formato: 3 m X 1,5 m	und.	4	18724	R\$ 382,50	R\$ 1.530,00
11	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 1 m X 1 m	und.	120	18724	R\$ 100,00	R\$ 12.000,00
12	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,42 m X 0,60 m	und.	220	18724	R\$ 45,00	R\$ 9.900,00
13	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 61 cm X 1,72 m	und.	100	18724	R\$ 105,00	R\$ 10.500,00
14	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,80 m X 1,56 m	und.	40	18724	R\$ 124,90	R\$ 4.996,00
15	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores Formato: 0,70 m X 1 m	und.	60	18724	R\$ 93,50	R\$ 5.610,00
16	Confecção e instalação de vinil adesivo em impressão 100% digital 4 cores – A5 Formato: 0,21 m X 0,15 m	und.	500	18724	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
17	Confecção e instalação de adesivo transparente em impressão digital inverso, 4 cores, com laminação de vinil adesivo branco, para aplicação em vidro. Formato: 1 m X 1,5 m	und.	45	18724	R\$ 210,00	R\$ 9.450,00
18	Adesivo em 4 x 0 cores, couchê adesivo, 180 g/m ² Formato: 0,10 m x 0,25 m	und.	1000	18724	R\$ 2,25	R\$ 2.250,00
19	Confecção e instalação estandarte em poliestireno de alto impacto com aplicação de adesivo em impressão digital 4 cores Formato: 1 m X 1,80 m	und.	6	18724	R\$ 450,00	R\$ 2.700,00
20	Serviço de deslocamento para retirada, entrega ou devolução de produtos	und.	250	19666	R\$ 20,00	R\$ 5.000,00

VALOR TOTAL ANUAL : R\$110.833,00

1.2. Os códigos CATSER e os valores máximos aceitáveis dos itens constam na planilha estimativa de custo juntada ao processo administrativo e constante do edital.

1.2.1. Em caso de divergência entre a especificação deste termo e o do catálogo do sistema (CATSER) onde será realizada a seleção do fornecedor, prevalecerá a deste Termo de Referência.

1.3. NATUREZA

1.3.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado comum por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado a partir da publicação do contrato no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado,

respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.2.A prestação dos serviços se enquadra como contínuo por se tratar de demanda permanente da Administração. O prazo de 1 (um) ano contribui com mais estabilidade ao contrato, por meio do melhor aproveitamento dos recursos empregados pelo mercado, que terão seus custos melhores distribuídos no tempo.

1.5.ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

Item	DESCRIÇÃO
SECOM-007-NC-I	Banners, placas e adesivos

2.FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “b”)

2.1.A contratação se fundamenta na necessidade de Informar os usuários da Justiça do Trabalho sobre novas tecnologias, campanhas nacionais, atuações administrativas e fortalecimento da sua imagem, assim como o público interno sobre campanhas intramuros informativas e educacionais e para a adesão a projetos de gestão.

2.2.A presente contratação tem também o objetivo de suprir as necessidades de serviço gráfico específico, tendo em vista que tal serviço é essencial à comunicação interna e externa deste Regional, em divulgação de conteúdos diversos de atos, programas, obras, atendimentos e campanhas, além dos referentes aos eventos institucionais demandados pela Presidência e demais setores. Faz-se necessário então envidar esforços com intuito de contratar empresas especializadas em confecção de banner, totem, estandarte e adesivos.

2.3.Finalmente, registre-se que o TRT5 não dispõe de maquinário nem de profissionais com capacidade técnica para realizar os serviços de impressão e instalação de peças visuais, de material variado, com vistas à sinalização, informação e divulgação, assim como não dispõe de espaços de mídia externa temporária.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “c”)

3.1.A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa de serviços gráficos para produção de peças publicitárias (banner, totem, estandarte e adesivos) de tamanhos e materiais diferentes, para atender às necessidades de programação visual do TRT5, com cobrança do deslocamento entre a Contratada e Contratante ou vice-versa para retirada, entrega ou devolução dos documentos objeto dos serviços. Os serviços a serem contratados deverão ter as seguintes características:

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d”)

4.1. ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS:

4.1.1. Os itens que constar na descrição “confeção e instalação” terá a cobrança do deslocamento entre a Contratante e Contratada ou vice-versa para retirada, entrega ou instalação das peças. Não será cobrado deslocamento em caso de substituição por defeito ou imperfeições por culpa da Contratada.

4.1.2. Os arquivos que serão impressos serão enviados por e-mail e será cobrada um deslocamento para entrega do material impresso ou instalação no TRT5, conforme o caso.

4.1.3. O deslocamento entre a empresa Contratada, Contratante e vice-versa pode ser feito por motocicleta ou outro veículo.

4.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

4.2.1. O objeto prestado deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade previstos na IN MPOG 01/2010 e na Resolução nº 310/2021 do CSJT (Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho), sobretudo quanto aos materiais:

I – devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs), nos casos em que se aplica a citada diretiva (componentes eletrônicos); e

III – Cumprir, no que couber, as determinações contidas na resolução CONAMA 401/2008.

IV – obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO: Será admitida a subcontratação do serviço de deslocamento para retirada e devolução do material.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “e”)

5.1. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão executados de forma parcelada, sob demanda, de acordo com a necessidade do serviço.

5.2. PRAZO DE EXECUÇÃO: Prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS) por e-mail.

5.3. PRAZOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS: Serviços em desacordo com a proposta ou as especificações do objeto, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições deverão ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias consecutivos contadas da notificação, por e-mail, para este fim.

5.4. LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO: Os serviços serão retirados, entregues ou instalados no horário das 8 às 17 horas, nos endereços abaixo:

5.4.1.Fórum Ministro Coqueijo Costa, Rua Bela Vista do Cabral, 121, Nazaré, Salvador-BA

5.4.2.Complexo Empresarial 2 de Julho, Rua Ivonne Silveira, 248, Paralela, 41197-015, Salvador-BA.

5.4.3.Pode ser solicitada a entrega em outra unidade do TRT5 situada na capital indicada pela Contratante, desde que não implique custos adicionais à Contratada.

5.5. ESTRATÉGIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.5.1.Os serviços serão solicitados pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) do TRT5 por meio de envio da ordem de serviço por e-mail.

5.5.2.As ordens de serviço serão enviadas pelo e-mail: **publicidade@trt5.jus.br** e deverão conter as informações necessárias para a identificação do serviço: identificação da Contratada, descrição dos itens a serem fornecidos, dimensões, quantidades e valores unitários e totais contratados.

5.5.3.Os serviços serão solicitados por demanda do Contratante, respeitando-se as quantidades máximas anuais dos itens, conforme tabela do Termo de Referência.

5.5.3.1 As quantidades fixadas no item 1.1 constituem meras estimativas e não obrigam o Tribunal a demandá-las; os serviços serão demandados de acordo com a necessidade efetivamente verificada ao longo da vigência contratual, configurando o fornecimento por demanda.

5.5.4.A cada ordem de serviço a Contratada receberá a arte em arquivo fechado e poderá dar o devido tratamento na imagem para retoques e ajustes técnicos, sem alterar, contudo, seu conteúdo e desenho originais de forma significativa. Antes da impressão, o arquivo será submetido à aprovação final da SECOM;

5.6. RECEBIMENTO DO OBJETO: (Artigo 40, § 1º, Inciso II)

5.6.1.Em conformidade com o art. 140, I, da Lei 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido, em se tratando de serviços:

a) Provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias a contar do dia útil subsequente à entrega do serviço, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

b) Definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das obrigações, mediante termo detalhado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f”)

6.1.A gestão e a fiscalização do contrato obedecerão ao Ato GP nº 746/2023, que dispõe, inclusive, sobre a atuação dos(as) fiscais e gestores(as) de contratos de prestação de

serviços, locação, concessão e permissão de uso de bens, compras, obras e serviços de engenharia e arquitetura no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, conforme Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2.Mecanismos Formais de Comunicação

6.2.1. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscais do contrato.

6.2.2. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o **e-mail (publicidade@trt5.jus.br)** e o envio de notas fiscais e informações sobre faturamento será realizado através do **Portal SIGEO – JT**.

6.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.4. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

7.PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g”)

7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação.

a) A CONTRATADA, no prazo de **5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar os pagamentos das faturas vincendas no curso da execução do contrato.

b) **Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.

c) O **prazo de liquidação** será de até **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento da nota fiscal.

d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura

apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

g) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

o) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA para correção monetária.

8.FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

8.1.MODALIDADE DE SELEÇÃO: Pregão Eletrônico.

8.2.PROPOSTA. As propostas deverão conter o item cotado, quantidades, preços unitários e totais, expressos em reais (prevalecerá em casos de divergência entre o preço total e o unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso); e, quando cabível: tipo de embalagem, peso, marca e modelo.

8.3.CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo único.

8.4.JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DOS ITENS:

8.4.1. Considerando que se trata de contratação de serviços constituídos por uma solução unificada que pode ser atendida pelo mesmo fornecedor, que tem entre si a necessidade de compatibilidade das especificações estéticas, técnicas, desempenho, bem como uniformidade e qualidade se aplica o princípio da padronização, considerando ainda os princípios da eficiência, do planejamento, da eficácia, da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade.

8.4.2. Assim, o parcelamento por itens de forma isolada não é aplicável ao objeto e o julgamento por grupo único de serviços de mesma natureza, pelo mesmo fornecedor, garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e possui potencial de gerar a máxima eficiência da contratação, e ainda por permitir (I) redução de custos de gestão de apenas um contrato; (II) e mitigação do risco de descaracterização do

conjunto do objeto pretendido.

9.CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

9.1. Para fins de HABILITAÇÃO, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.2.HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

d) Prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de **regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c) **Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um)**, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

d) Caso a empresa licitante apresente **resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices** de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **será exigido para fins de habilitação** capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

f) O atendimento dos índices econômicos previstos acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.1.3.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.1.3.2. Das empresas participantes não será exigido balanço patrimonial exigível do último exercício quando o objeto da licitação se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega, conforme disposição do art. 3º do Decreto nº 8.538/2015.

9.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares equivalente ou superior com o objeto desta contratação por meio da apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove ter prestado ou estar prestando serviços gráficos, comunicação visual, confecção de banner, adesivos, totens, impressão digital ou serviços semelhantes.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “i”)

10.1. O valor total anual estimado para a contratação é de **R\$ 110.833,00**.

11. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 11.1.1.** Proporcionar as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações;
- 11.1.2.** Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação do serviço;
- 11.1.3.** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- 11.1.4.** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal. Proceder à publicação do contrato e seus aditivos no site do Tribunal, na página destinada a essa finalidade, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

11.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 11.2.1.** Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este Regional;
- 11.2.2.** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- 11.2.3.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos,

independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita; Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários ao cumprimento das obrigações;

- 11.2.4.** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o Tribunal;
- 11.2.5.** Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;
- 11.2.6.** Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;
- 11.2.7.** Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022, no que couber, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018;
- 11.2.8.** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

12. REAJUSTE CONTRATUAL

- 12.1.** Após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 27/05/2025, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para correção monetária.
 - a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
 - b) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
 - c) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
 - d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

- e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- f) O reajuste será realizado por apostilamento.

13.MULTAS

13.1.As multas referentes à execução do objeto serão:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- b) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Configura inexecução total o atraso superior a 30 (trinta) dias após o final do prazo de entrega de qualquer ordem de serviço.
- c) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j”)

14.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- (x) Programa de Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho;
- () Outra:

14.3.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Salvador, 05 de agosto de 2025

Assinado eletronicamente

Equipe de Planejamento da Contratação
Josemar Arlego Paraguassú Júnior Demandante
Solange Maria Galvão Oliveira Integrante Técnico

Maurício Borges Farias Integrante Técnico
Sadinoel Pereira de Souza Integrante Administrativo

Termo de Referência baseado no modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União - AGU, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>.